

CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Após impasse com a Globo, Flávio Bolsonaro deve conceder entrevista à Record

REPRODUÇÃO/ASSESSORIA



O senador Flávio Bolsonaro (PL) perdeu a eleição para Lula no segundo turno

■ O senador Flávio Bolsonaro deve conceder uma entrevista ao jornalista Roberto Cabrini, da Record, após um impasse nas negociações com a TV Globo. As conversas com a emissora não avançaram porque Flávio condicionou sua participação à divulgação da entrevista na íntegra.

■ A exigência foi feita por receio de que uma eventual edição do material pudesse prejudicá-lo politicamente. Flávio queria garantir que suas declarações fossem exibidas integralmente, sem cortes que pudessem alterar o contexto de suas respostas.

■ A Globo, no entanto, não aceitou a condição apresentada pelo senador, o que inviabilizou o acordo.

■ Diante do impasse, Flávio passou a considerar uma entrevista a Roberto Cabrini, um dos principais nomes do jornalismo investigativo da Record.

■ A entrevista ainda é tratada como uma possibilidade, sem confirmação de data para sua realização.

Traição entre traficantes do PCC revela esquema de envio de drogas do Paraguai ao Brasil

■ Uma disputa entre traficantes ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC) revelou detalhes de um esquema de envio de grandes quantidades de drogas do Paraguai para diferentes regiões do Brasil. Segundo investigação reproduzida em decisão do ministro Alexandre de Moraes (STF), dois integrantes da organização mantinham uma relação de parceria e rivalidade, que levou um deles a repassar informações sobre crimes do comparsa a um possível policial.

■ Os envolvidos são Evandro Alves Loureiro Motti, conhecido como "Chin", "Alemão" ou "Gordão", e José Marcelo da Silva, chamado de "Sapucaia" ou "Zé do Alho". De acordo com a investigação, os dois atuavam como intermediários no fornecimento de maconha a compradores de diferentes estados brasileiros.

■ Um policial responsável pelas investigações relatou que Evandro e José Marcelo permaneciam no Paraguai, de onde negociavam remessas de drogas para cidades como Brasília e Goiânia. Apesar da parceria, os dois disputavam espaço no comércio ilegal.

■ "Eram amigos e ao mesmo tempo inimigos, porque um tentava 'derrubar o outro', no comércio da droga", afirmou o investigador, em depoimento reproduzido na decisão.

■ A rivalidade chegou ao ponto de José Marcelo repassar informações sobre Evandro a um interlocutor que, segundo a investigação, possivelmente seria um policial de Mato Grosso do Sul. O objetivo seria provocar a prisão do comparsa.

■ Segundo os autos, Sapucaia, "na esperança que o mesmo seja capturado, passa informações sobre crimes praticados por seu comparsa como homicídio, tráfico de drogas e contrabando de armas".

■ As investigações também apontaram que Evandro estava escondido em uma fazenda no Paraguai pertencente a um traficante conhecido como "Barão". Ele era apontado como um dos responsáveis pelas atividades do PCC em Mato Grosso do Sul e pelo envio de grandes remessas de entorpecentes para São Paulo e outros estados.

■ O esquema funcionava com entregas de aproximadamente 300 quilos de drogas, segundo o depoimento policial. Os compradores pagavam inicialmente apenas o frete e tinham entre 30 e 50 dias para quitar o valor da mercadoria, mediante depósitos em contas bancárias.

■ As informações constam de uma decisão de Alexandre de Moraes que rejeitou um recurso de Evandro contra sua condenação a 14 anos, 4 meses e 20 dias de prisão por crimes previstos na Lei de Drogas.

■ A defesa alegava que a investigação havia utilizado provas ilícitas, incluindo dados obtidos de um celular apreendido pela polícia. Moraes, no entanto, entendeu que o recurso não demonstrou adequadamente a repercussão geral e que a revisão da condenação exigiria o reexame de provas, providência incompatível com a via processual utilizada.

DIVULGAÇÃO



"Sicário" foi morto na prisão

Apontado como líder de hackers de Vorcaro diz que morte de Sicário eliminou seu único elo com organização

■ Apontado como líder de um núcleo de hackers ligado ao banqueiro Daniel Vorcaro, David Henrique Alves afirmou ao STF que a morte de Luiz Phillipi Mourão, conhecido como Sicário, eliminou seu único elo com a organização investigada na Operação Compliance Zero. A defesa utiliza o argumento para pedir a revogação da prisão preventiva, sustentando que não existe mais risco de continuidade das supostas atividades criminosas.

■ Em recurso dirigido ao presidente do STF, Edson Fachin, e ao ministro André Mendonça, os advogados afirmam que a própria investigação da Polícia Federal vincula David ao grupo exclusivamente por intermédio de Felipe Mourão, que morreu sob custódia da corporação.

■ Segundo a defesa, o vínculo de David com a organização "passava exclusivamente por Luiz Phillipi Mourão, falecido sob custódia da Polícia Federal". Os advogados também destacam que Daniel Vorcaro, apontado como beneficiário final das atividades investigadas, está preso.

■ A defesa sustenta ainda que não há registro de novas condutas atribuídas a David após os dias seguintes à terceira fase da Operação Compliance Zero, em março de 2026.

■ Para reforçar o argumento, os advogados citam um voto do ministro Gilmar Mendes, que, ao analisar a prisão de Henrique Moura Vorcaro, considerou que a morte de Sicário e a prisão de outro investigado, Marilson Roseno, indicavam que a prática criminosa "inequivocamente se encerrou ainda em março de 2026".

■ A maioria da Segunda Turma, no entanto, divergiu desse entendimento e manteve a prisão de Henrique Vorcaro.

■ David também contesta as suspeitas de que liderava o núcleo conhecido como "Os Meninos", associado a ataques cibernéticos. A defesa afirma que seu nome não aparece nas conversas entre Daniel Vorcaro e Felipe Mourão sobre o grupo e que não há comprovação documental de pagamentos de R$ 35 mil mensais atribuídos ao investigado.

■ Os advogados alegam ainda que o STF deixou de analisar individualmente o pedido de liberdade apresentado antes da conclusão do julgamento que confirmou sua prisão. No novo recurso, solicitam a revogação da preventiva ou, alternativamente, a substituição por medidas cautelares, como tornozeleira eletrônica, entrega do passaporte e proibição de contato com outros investigados.